



**Cenários
Macroeconômicos e
Saneamento Básico**



Overview

1ª edição



Foto: Rhayana Ferreira Araújo (Aesbe)

No início de outubro, o Rio de Janeiro sediou a primeira edição do **Diálogos Estratégicos Aesbe**, nova série de eventos, de periodicidade trimestral, em que os representantes da Associação debaterão a agenda do saneamento junto a especialistas do FGV IBRE e convidados, complementando conhecimentos e apurando o debate sobre os desafios do setor. O evento de inauguração teve como tema **Cenários Macroeconômicos e Saneamento Básico** e contou com a participação de Silvia Matos, economista coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), e Luiz Firmino Pereira, pesquisador do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura (FGV Ceri).

A necessidade de coordenação de diferentes arranjos público-privados para se atingir a universalização esteve entre as tônicas do debate. Outro destaque foram os estudos da série **Universalizar** (<https://aesbe.org.br/novo/serie-universalizar/>), desenvolvida pela Aesbe, apresentados por Antonio Costa Lima Júnior, assessor jurídico da Associação. Casos de sucesso, desafios de financiamento e o alerta da importância da busca por produtividade e eficiência na alocação de recursos públicos também estiveram na pauta, como você lerá neste resumo do ebook da cobertura do evento, disponível aqui:

Boa leitura

Os vários desafios da universalização

De acordo à meta colocada pelo novo Marco Legal, o prazo para universalização do saneamento no Brasil – entendida como 99% da população com acesso a água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto – encerra-se em 2033. Apesar do aumento significativo dos investimentos no setor observados nos últimos anos, para cumprir essa meta estima-se que ainda será preciso ao menos duplicar o atual nível de desembolsos.

Identificar as melhores soluções que levarão à universalização são itens prioritários da agenda da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe). Para reforçar esse trabalho, em outubro a Aesbe lançou uma nova instância de debate: a série **Diálogos Estratégicos**, com eventos que serão promovidos trimestralmente, cada edição em uma capital brasileira. O objetivo é reunir especialistas de dentro e de fora do setor para somar conhecimentos em torno de estratégias virtuosas para garantir esse direito básico à população brasileira, que impacta diretamente suas oportunidades de desenvolvimento e bem-estar.

Da primeira edição do evento, promovida na sede da Cedae/RJ, uma mensagem se destacou: a de que, para alcançar o nível de investimentos demandados, serão necessários diferentes arranjos públicos-privados, buscando a melhor estratégia para cada região, de acordo a suas especificidades. “É quase como se tivéssemos 5,5 mil possibilidades, que precisam ser consideradas em busca do cumprimento desse objetivo”, ilustra Antonio Costa Lima Júnior, assessor jurídico da Aesbe, remetendo à quantidade de municípios brasileiros. “O que precisamos, para o momento, é de segurança jurídica para finalização das modelagens que nos permitirão atingir essas metas, bem como melhoria no acesso a recursos públicos, tendo em vista esse grande volume de investimentos necessários”, defendeu.

Luiz Firmino Pereira, pesquisador do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura (FGV Ceri), reforçou esse diagnóstico. “Cada companhia precisa fazer seu planejamento de como conseguirá arcar com esses investimentos, o que não implica necessariamente uma concessão para a iniciativa privada. Muitas empresas públicas seguirão operando seu sistema, pois têm suas contas equilibradas e estão com suas obras em curso”, afirmou. O pesquisador também citou a im-

Para se chegar à universalização, será preciso multiplicar o investimento realizado nas últimas décadas

Investimentos em saneamento entre 2002-2021
(corrigidos pelo IGP-DI para dez/21)

Total = R\$ 351,8 bilhões

Prestadores públicos = R\$ 324,6 bilhões

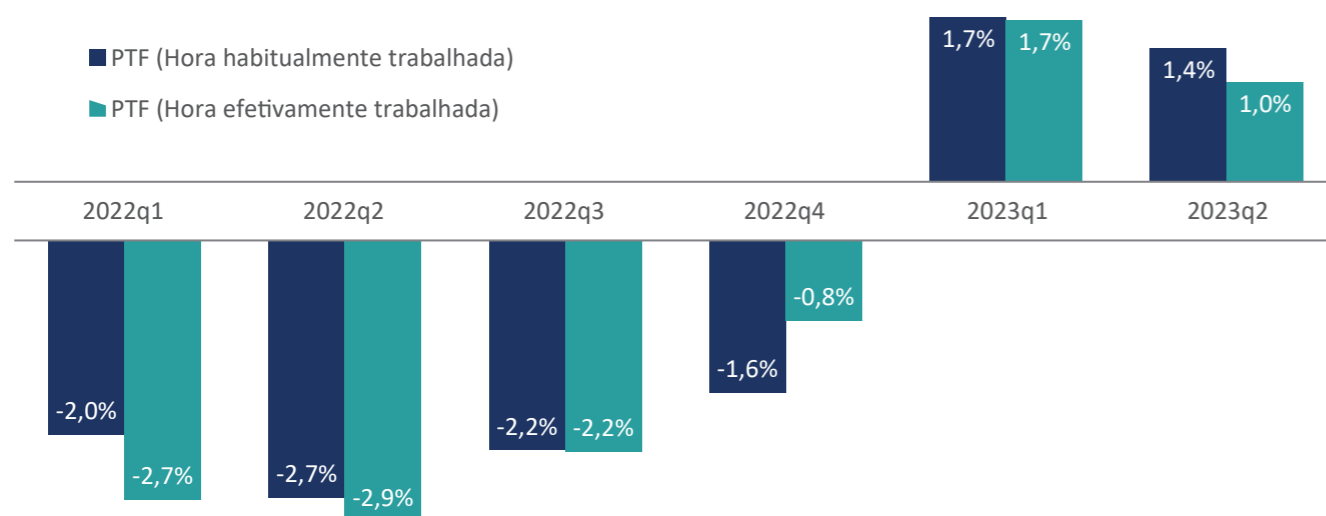
Prestadores privados = R\$ 27,2 bilhões

Fonte: Aesbe, série Universalizar Vol 2:
<https://bit.ly/3rUnzkO>

Estimativa da Abcon/Sindcon indica a necessidade de investimentos da ordem de **R\$ 890 bilhões** entre 2022-2033

Produtividade é chave para crescimento... ...mas Brasil evolui lentamente

(taxa de crescimento da PTF, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)



Fonte: Observatório da Produtividade Regis Bonelli.
Elaboração: FGV IBRE com dados das Contas Nacionais Trimestrais, Sondagem da Indústria e da Pnad Contínua (IBGE).

Múltiplos arranjos

Com um modelo de concessão em que manteve o tratamento e a produção da água, a Cedae reverteu prejuízo operacional:



Estação de Tratamento de Água Guandu



Fonte: Cedae.

portância de parcerias público-privadas fora do modelo de concessão tradicional. “O importante, nesse caso, é que os reguladores capturem eventuais ganhos de eficiência por conta dessa subdelegação, para que estes sejam revertidos ao usuário”, afirmou.

Pereira destacou casos que avalia como virtuosos nessa busca pela melhor equação entre público e privado. “O exemplo do Rio de Janeiro me parece emblemático, com o modelo adotado pela Cedae em que a companhia permaneceu com a captação, tratamento e entrega da água às concessionárias, deixando os serviços de distribuição, coleta e cobrança para serem feitos pelo privado, além do tratamento de esgoto. Foi um arranjo que a manteve no cuidado dos mananciais de água e que, no aspecto financeiro, permitiu o equilíbrio de suas contas”, citou. Outro aspecto mencionado por Pereira nos contratos de concessão da Cedae foi a inclusão do tratamento das drenagens no curto prazo, o que garante o afastando do esgoto da porta das casas, sem abandonar o foco nas redes separativas no médio e longo prazos. “No Brasil, alimentamos a ideia de que tínhamos que privilegiar a rede separativa, o que é custoso e demorado. Em outros países, a universalização começou tratando as drenagens, para gradualmente se perse-

guir o modelo ideal, da rede na porta de cada casa”, afirmou, indicando que essa tendência pode ter colaborado para baixos níveis de cobertura. “Não se trata apenas de ineficiência ou falta de investimento; também é preciso estratégia, para incentivar as pessoas a ligarem seus domicílios à rede.”

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV IBRE, ressaltou a importância de se considerar os ganhos de produtividade envolvidos na atividade do saneamento. Os quais, destacou, não passam apenas pela eficiência operacional que uma rede bem planejada e gerida pode oferecer, mas também pelas condições de vida da população assistida com serviços de água e esgoto. Entre as externalidades reconhecidas envolvendo o acesso ao saneamento básico estão a menor ocorrência de problemas de saúde, os quais podem comprometer o desempenho escolar de crianças, prejudicando o capital humano que uma pessoa deve acumular para conseguir uma

boa colocação no mercado de trabalho ou no campo do empreendedorismo e garantir seu bem-estar quando adulta, colaborando também para a produtividade do país. “Ampliar a produtividade da economia brasileira é um grande desafio, conforme indicam os estudos do Observatório da Produtividade Regis Bonelli (<https://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade>); mas sem isso não conseguiremos ampliar o potencial de crescimento do país”, ressaltou.

Silvia reconhece a importância dos investimentos públicos no setor, dados os impactos sociais positivos relacionados ao saneamento básico. “Temos, entretanto, limitações fiscais que precisam ser consideradas, especialmente diante de uma tendência de aumento da participação do Estado na economia”, afirmou, defendendo empenho na avaliação de políticas e programas, visando a uma alocação eficiente de recursos. “Não há atalhos para se chegar ao crescimento sustentável”, alertou, lembrando que

Impactos da reforma tributária

Estudo da Aesbe indica que, levando em conta uma alíquota de 27% para o IVA: (valores em R\$ de dez/22)



desequilíbrios fiscais resultam em juros mais altos e financiamento mais caro, desembocando novamente em obstáculos ao investimento.

Outro tema de destaque na primeira edição do **Diálogos Estratégicos** foram os possíveis impactos da reforma tributária no setor. No encontro, Antonio Costa Lima Júnior destacou estudo da série **Universalizar** (<https://bit.ly/3tCMnOZ>) que projeta essas implicações tendo como premissa uma mudança da atual alíquota média observada entre as companhias estaduais, de 9,25%, para um IVA de 27%. O estudo indica que esse aumento pode comprometer em até 46% a capacidade de investimento das companhias estaduais – percentual considerado alto, especialmente levando em conta as limitações de alavancagem que estas têm comparativamente às operadoras privadas, como apontou Neu-

ri Freitas, presidente da Aesbe e da Cagece (CE), em entrevista à revista *Conjuntura Econômica* (leia aqui: <https://bit.ly/3FmOQzm>). Com isso, as companhias estaduais se tornam mais dependentes de recursos próprios para realizar seus investimentos. A Aesbe tem defendido que o saneamento se enquadre no mesmo tratamento diferenciado previsto para a saúde no texto que tramita no Senado prevê para os serviços de saúde, com uma alíquota correspondente a 40% da cheia. Sem isso, afirmam, corre-se o risco de aumento de tarifa e redução do investimento – lembrando que os maiores desafios de ampliação da cobertura se encontram em áreas que demandam investimentos maiores, em regiões muitas vezes mais pobres, nas quais é preciso garantir o direito ao saneamento respeitando a capacidade financeira das famílias.

Foto: Rhayana Ferreira Araújo (Aesbe)



Primeira edição do **Diálogos Estratégicos Aesbe** contou com a participação de especialistas da FGV.

Da esquerda para a direita: Luiz Firmino Pereira (FGV Ceri), Silvia Matos (FGV IBRE), Solange Monteiro (revista *Conjuntura Econômica*), Antonio Costa Lima Junior (Aesbe)

Leia a íntegra do ebook da primeira edição de **Diálogos Estratégicos Aesbe** acessando o link ou o QR Code a seguir:

<https://bit.ly/3FBL4SN>





Associação Brasileira das Empresas
Estaduais de Saneamento

Universalizar é Nossa Missão

<https://aesbe.org.br/novo/>